COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 99, DE 2007

Dispõe sobre o exercício da profissão de Motorista.

Autor: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN

Relator: Deputado GONZAGA PATRIOTA

I - RELATÓRIO

Chega para exame desta Comissão de Viação e Transportes, o Projeto de Lei nº 99, de 2007, de autoria do eminente Deputado Tarcísio Zimmermann, que “*Dispõe sobre o exercício da profissão de Motorista*”, definido como o profissional habilitado nos termos da legislação em vigor e que trabalhe conduzindo:

- passageiros em táxis, ônibus, microônibus e peruas no transporte urbano, intermunicipal, interestadual, internacional, de fretamento e de turismo;
- cargas líquidas, secas e molhadas em geral, superpesadas e entregando mercadorias;
- transporte diferenciado nas diversas categorias econômicas e/ou ramos de atividade, como no comércio, na indústria, na educação, na saúde e no esporte e lazer;
- trator de roda, de esteira, misto ou equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplanagem, de construção ou de pavimentação em via pública.

A proposição proíbe ao empregador incumbir o motorista de atribuição distinta da prevista no seu documento de habilitação, como também custear as despesas com a realização dos cursos a ele exigidos pela legislação em vigor e com a contratação de seguro obrigatório destinado à cobertura dos riscos inerentes à sua profissão.

Em complemento, o projeto de lei garante o pagamento de adicional de periculosidade ao motorista em atividade, no valor mínimo de 30% da sua remuneração mensal. Ainda para esse profissional, assegura o direito à aposentadoria especial após vinte e cinco anos de efetivo exercício na respectiva atividade.

Ademais, a proposta obriga a empresa contratante, inclusive quando o contratado for transportador autônomo de carga de que trata a Lei nº 11.442, de 5 de fevereiro de 2007, a oferecer treinamento ao motorista; fornecer equipamento de proteção individual adequado à carga transportada; e garantir as condições de segurança ao veículo.

Em seguida, o PL revoga o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.442, de 2007, que dá à Justiça Comum competência para julgar ações oriundas dos contratos de transporte de carga firmados conforme a lei citada.

Por fim, na cláusula de vigência, consta a data de publicação como sendo a da entrada em vigor da lei.

O autor justifica a apresentação da medida pela necessidade de regulamentação da atividade do motorista profissional empregado, tendo como objetivo garantir à sua categoria o mínimo de tranqüilidade para ter uma vida digna.

Dentro do prazo regimental a Comissão não recebeu emenda ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Concordo com o ilustre Deputado Tarcísio Zimmermann, ao referir a condição reconhecidamente penosa e estressante na qual o

motorista profissional exerce sua atividade. Reconheço, também, o mérito da proposta em cobrir o vácuo jurídico existente, da falta de regulação da atividade de motorista profissional enquanto exercida sob vínculo trabalhista.

No entanto, dentro da prerrogativa de relator do Projeto de Lei nº 99/07, considero que merecem correção ou simples aperfeiçoamento, alguns aspectos que serão a seguir assinalados.

O primeiro aspecto a ser corrigido refere-se à delimitação expressa do público alvo do projeto, que deve restringir-se ao motorista profissional com vínculo empregatício. A versão encaminhada trata do motorista profissional sem definir situação trabalhista, embora traga vários dispositivos com as obrigações do empregador e chegue mesmo a incluir o transportador autônomo de carga, que já recebe tratamento adequado na Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007.

Outra impropriedade manifesta-se na pretensão de definir o tempo de vinte e cinco anos de atividade como condição para garantir a aposentadoria do motorista. Tal assertiva fere o art. 201, §1º da Constituição Federal, que veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, à exceção dos casos de profissões exercidas sob situações prejudiciais à saúde e à integridade física, definidos em lei complementar.

Insustentável é a intenção de se criar o seguro obrigatório para o motorista, a ser pago pelo empregador, para cobrir os riscos próprios da atividade. Esse seguro encontra-se previsto em lei ordinária vigente, a Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que trata dos acidentes de trabalho a cargo do Instituto Nacional da Previdência Social, atual Instituto Social da Seguridade Social.

Mostra-se imprópria, ainda, a revogação do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.442/07, que ratifica a competência da Justiça Comum para dirimir os questionamentos dos contratos firmados entre o transportador autônomo de carga, pessoa física, ou a empresa de transporte rodoviário de carga, pessoa jurídica, e eventuais contratantes. Como a atividade e seus instrumentos têm caráter comercial, não podem ser objetos de tratamento na justiça trabalhista.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 99, de 2007, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado GONZAGA PATRIOTA
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 99, DE 2007

Acrescenta seção ao Decreto-Lei nº 4.452, de 10 de maio de 1943, que “*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*”, para dispor sobre o exercício da profissão de motorista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta a seguinte Seção V-A – Do Motorista, ao Capítulo I do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, que “*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*”:

“Seção V-A – Do Motorista

Art. 236-A. Para os efeitos desta Lei, denomina-se motorista, o profissional habilitado nos termos da legislação em vigor e que trabalhe, com vínculo de emprego, no transporte urbano, intermunicipal, interestadual e internacional, conduzindo:

I – passageiros em geral, em qualquer tipo de veículo;

II – cargas em geral, em qualquer tipo de veículo;

III – veículos especiais, como ambulância e carro funerário, entre outros.

Art. 236-B. É vedado ao empregador incumbir, ao motorista, a condução de veículo incompatível com sua habilitação.

Art. 236-C. Cabe ao empregador custear as despesas com a realização de curso de aperfeiçoamento profissional, de seu interesse, do qual o motorista venha a participar.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado GONZAGA PATRIOTA
Relator